

Tema foi debatido em painel no 5º Encontro de Resseguro do Rio

Sanny Leite, da Chubb, observando a palestra de Tony Trost, da XL Catlin

Os veículos aéreos não tripulados (vants), ou drones, como são mais conhecidos, podem possuir diferentes tamanhos, formas e preços, sendo utilizados para segurança, combate, mapeamento aéreo, resgate, agricultura, comércio e até recreação.

Silenciosos, leves e fáceis de usar, essas pequenas aeronaves, devido à versatilidade e preço acessível, multiplicam-se pelo mundo, impondo desafios regulatórios para sua operação com segurança e abrindo um grande mercado em potencial para o setor segurador.

E para falar sobre o tema durante o 5º Encontro de Resseguro do Mercado Segurador, foi realizado um painel específico com a participação do vice-presidente e gerente de Aviação da seguradora especializada em seguro de aviação XL Catlin, Tony Trost, e Sanny Leite, da Chubb.

Abordando a regulação, Tony afirmou que esta precisa considerar questões como segurança e privacidade, bem como o treinamento adequado para a operação dos equipamentos. “Um dos grandes riscos é o da colisão com aeronaves convencionais e acredito que não levará muito tempo para testemunharmos um grave acidente”, afirmou ele, lembrando que o custo só para se retirar uma turbina de um avião para avaliação de avaria gira em torno de 340 mil dólares.

Mas enquanto Austrália e Japão já têm um conjunto de regras mais ou menos consistente, Brasil e EUA ainda precisam avançar. De um modo geral, os drones de maior porte são regulados como aeronaves convencionais, assim como seus seguros são realizados utilizando-se a mesma lógica, diferentemente das aeronaves recreativas e de menor porte, que sem encaixam em apólices de responsabilidade geral.

Ainda sobre o seguro para drones, o executivo disse que a subscrição precisa considerar questões como riscos cibernéticos, habilidade do operador, atributos da aeronave, sistemas de controle, ambiente regulatório e local de operação, necessitando, assim, de muita cautela por parte do subscritor. Por outro lado, afirmou, trata-se de um mercado com incrível potencial de crescimento, que dobrou de 2014 para 2015 e com expectativa de dobrar novamente em 2016.

Mas esse rápido crescimento ainda não é suficiente para que se ganhe muito dinheiro, já que a maioria dos seguros é para aeronaves baratas, de pequeno porte, com prêmios também pequenos. “Mas esse é um processo de aprendizagem para, futuramente, abarcar o mercado de drones profissionais”, afirmou.

No Brasil, é a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) a responsável pela regulamentação, tendo divulgado em 2015 proposta de norma em que, para operações civis, o piloto deve ser maior de 18 anos e contratar um seguro com cobertura de danos a terceiros. Já os órgãos de segurança pública e defesa civil poderão operar aeronaves guiadas a distância em qualquer área sob sua responsabilidade, também necessitando de seguro com cobertura de danos a terceiros.

Mas, apesar do incentivo à contratação de seguro na proposta de norma da Anac, segundo Sanny, a inexistência de norma já publicada é uma das razões para que muitas seguradoras ainda não tenham entrado nesse mercado, “apesar da procura que tem aumentado muito”, afirmou a executiva da Chubb.

Fonte: [CNseg](#), em 12.04.2016.